

A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL E AS LUTAS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS NOS ANOS DE 1890 A 1930 NO SUDESTE BRASILEIRO

Fernando José VIERA DE OLIVEIRA

Universidade de Coimbra

fjoo92@gmail.com

A Emigração Portuguesa para o Brasil e as lutas nos movimentos sociais nos anos de 1890 a 1930 no sudeste brasileiro

RESUMO: A formação da classe operária brasileira é transformada com a chegada dos imigrantes ao Brasil, dando um novo fôlego e novos ideais. No caso dos imigrantes portugueses, eles tiveram contato com as vertentes marxistas e influências do sindicalismo francês. E junto a outros imigrantes e os trabalhadores brasileiros impulsionaram os primeiros movimentos sindicais e greves do início do século XX. Desta maneira, o objetivo do trabalho é analisar a importância dos portugueses, neste contexto, mostrando a influência e a participação nas lutas pelos direitos do operariado. Analisando bibliografias sobre o assunto, utilizando dados para elaborar tabelas e gráficos. Este trabalho pretende contribuir para novos estudos relacionados a imigração de outros países que também participaram dos movimentos sociais brasileiros. Além de observamos que os resultados foram as influências deixadas, no qual sua cultura e ideias foram aderidas por uma nova sociedade e os mesmos aderiram as novas culturas, criando um intercâmbio social.

PALAVRAS-CHAVE: Industrialização, Novas culturas, Italia, Espanha Alemanha, Emigração portuguesa, Movimentos sociais, Operariado brasileiro.

1. Introdução

O fluxo migratório mundial no início do século XX, teve nos destinos dos imigrantes as terras brasileiras, que por sua propaganda atraiu uma grande quantidade de pessoas principalmente europeus, com a política de atração de imigrante para substituir a mão de obra escrava e de incrementar a ocupação efetiva do território.

Os imigrantes que vieram para Brasil foram principalmente, os italianos portugueses e espanhóis, que por repulsão de suas terras, com problemas de caráter social, econômico e político vieram se estabelecer além-mar.

O processo migratório dos portugueses para o Brasil liga-se em vários níveis com a formação da classe operária brasileira, que apesar de já existir ganha um novo corpo com os imigrantes em geral. Este presente trabalho vem estabelecer as relações desses imigrantes, sobretudo os portugueses, e as lutas nos movimentos sociais, tendo início e ocorridas principalmente nos anos de 1890 a 1930 no Sudeste brasileiro, com mais destaque aos estados do São Paulo e Rio de Janeiro que receberam um contingente maior de imigrantes.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a importância dos portugueses nos movimentos operários brasileiros, mostrando sua influência e sua participação nas lutas pelos direitos dos trabalhadores no início do século XX. Os objetivos específicos: a) Apresentar um panorama da formação da classe operária brasileira e portuguesa, b) Analisar os dados dos imigrantes portugueses que chegaram no Brasil, c) Relacionar os movimentos do operariado brasileiro com os imigrantes portugueses. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, utilizando autores brasileiros e portugueses, analisando os dados que foram colhidos do referencial teórico e com esse material elaborando as tabelas e gráficos, que dão um realce as questões levantadas, além da utilização de fontes históricas para auxiliar a melhor compreensão do objeto de estudo.

A primeira parte do trabalho vai tratar da formação da classe operária brasileira que surgiu juntamente com a expansão da industrialização, e com o aumento dessas indústrias surgiram algumas organizações e leis que garantiriam os direitos desses novos trabalhadores, entre eles as organizações mutualistas, a Organização Internacional do Trabalho e os decretos nº 979 e nº 1637 que estabeleceu a formação dos primeiros sindicatos. Além desses os movimentos sociais ganharam força com a chegada dos trabalhadores imigrantes europeus.

Em seguida, será tratada da formação da classe operária portuguesa, que tem como principal influência as vertentes marxistas e influências do sindicalismo francês. A classe operária portuguesa está ligada diretamente com as questões agrárias, principalmente com a implantação do capitalismo no meio rural a partir da metade do século XIX. Gerando uma pressão econômica nos pequenos proprietários de terras obrigando a saída do campo para a cidade e como consequência a emigração.

Assim, será abordado o processo de emigração portuguesa para o Brasil e remessa de dinheiro desses imigrantes para Portugal, que vieram por diversos motivos, trabalhavam em vários setores, no qual se associaram a vários movimentos operários. E onde por fim, será descrito o papel dos Imigrantes portugueses nos movimentos sociais e sindicatos no Brasil, onde junto com os brasileiros ajudaram a alargar os direitos do trabalho na sociedade brasileira.

2. A formação classe operária brasileira

A definição de classe forma-se quando alguns homens, com o resultado de experiências conjuntas sendo elas herdadas ou partilhada, articulam a identidade e seus interesses entre si e contra outros homens cujo interesse se difere, normalmente se opondo aos seus interesses. A experiência de classe é determinada, em geral, pelas relações de produção em que os homens fazem parte. Desta maneira, a consciência de classe (1) é formada por essas experiências, que são tratadas na cultura estando implícitas nas tradições, sistemas de valores, ideias. Sendo a experiência que aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (Thompson, 1987).

Ao observar o Brasil e o seu processo de formação da classe operária num país subdesenvolvido e apesar deste país possuir características próprias a essa caracterização, como a baixa renda por habitante, subalimentação de uma grande parte da população, uma estrutura agrária atrasada, ou analfabetismo, ele sofreu um forte e rápido desenvolvimento industrial (Kula, 1972).

O salto no processo de industrialização no Brasil esteve ligado com a grande Crise de 1929 e com as duas grandes Guerras Mundiais (1914-1918/1939-1945), que tornou impossível a economia baseada na monoexportação do café. Por um lado, a queda na exportação do café foi acompanhada por uma dura limitação na importação de mercadorias industriais, e por outro lado os rendimentos dos plantadores de café foram mantidos graças a política do governo de compra dos excedentes da superprodução do mesmo (Furtado, 2005).

Isso favoreceu a realização de investimentos industriais, tanto que a política de defesa do setor do café favorecia a manutenção da procura no embrionário mercado interno do Brasil. O mercado desenvolveu-se em grande medida graças a substituição da força de trabalho de escravos pela força de trabalho de imigrantes europeus, no caso do café principalmente italianos, que eram melhores pagos que os escravos e eram pagos em dinheiro (Furtado, 1961).

Estes primeiros trabalhadores imigrantes que vão fundar as primeiras sociedades mutualistas no final do século XIX e início do XX. Segundo (Luca 1990) as formas de associação mutual e sindical não constituíram fenômenos excludentes, mas conviveram lado a lado. O mutualismo em São Paulo conquistou maior sentido e importância a partir do intenso processo de urbanização, favorecido pelas transformações advindas com o café.

Para (Luca, 1990) o mutualismo não se confunde com o sindicalismo, pois as associações de socorros mútuos não eram instituições exclusivamente operárias e não se organizavam, necessariamente, em torno dos setores de produção. Em geral, as associações mutuais ocupavam a lacuna deixada pela ausência na seguridade dos trabalhadores em caso de doenças, acidentes, aposentadoria e falecimento, concedendo, neste caso, pensão à família, embora tal prerrogativa fosse mais exceção do que regra. Os membros das sociedades participavam com alguma quantia do seu capital para obter diretos em tais situações (Gasparetto Jr, 2013).

Outra organização que surge no cenário internacional que cria uma soberania das relações entre capital e trabalho é a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que foi criada em 1919, como parte do Tratado de Versalhes que encerrou a Primeira Guerra Mundial, para fortalecer a crença de que a paz

universal e duradoura só poderia ser realizada nos ditames da justiça social. A OIT tem em sua responsabilidade a formulação e aplicação das normas internacionais do trabalho convenções e recomendações. As convenções, uma vez ratificadas por decisão soberana de um país, passa a fazer parte de seu ordenamento jurídico. (Ilo, 2017).

O Brasil é um dos membros fundadores da OIT e participa da Conferência Internacional do Trabalho desde sua primeira reunião. Nessa primeira, ocorrida em 1919 que foi debatido a limitação da jornada de trabalho a 8 horas diárias e 48 horas semanais. As outras convenções adotadas nessa ocasião referem-se à proteção a maternidade, a luta contra o desemprego, a definição da idade mínima de 14 anos para o trabalho na indústria e a proibição do trabalho noturno de mulheres e menores de 18 anos. Albert Thomas tornou-se o primeiro Diretor-Geral da OIT (Ilo, 2018).

De acordo com (Batalha 1994), no Brasil a OIT atua de forma diferente em vista que a ausência de uma legislação atuante e mais efetiva conduzindo tais relações entre o capital e o trabalho, mesmo com os decretos nº 979 e nº 1637.

E quanto a legislação brasileira do trabalho, destaca-se o decreto nº 979, de 06 janeiro de 1903, que permite a formação de sindicatos rurais. E o Decreto nº 1637, de 05 de janeiro de 1907, que promulgou aos integrantes de profissões similares ou conexas, incluindo também os profissionais liberais, organizarem em sindicatos para defesa e desenvolvimento dos interesses gerais, da produção e dos interesses profissionais de seus membros (Batalha,1994).

Por fim, essas leis mesmo que tímidas iniciaram um processo para legitimação efetiva do sindicalismo brasileiro. O período de 1891 a 1919 é marcado por dúvidas e fragilidades na condução das atividades de natureza sindical, ainda que a legalidade inicial das atividades sindicais tenha trazido uma base à constituição do sindicato brasileiro, era subvertida pela contradição entre duas ordens, a legal e a real, embora os movimentos operários e sindicais estivessem na legalidade, o sistema assume como suas ações a sua ilegitimidade perante a organização institucional, entretanto, essas ações são a essência dos movimentos sociais (Vianna,1999; Inácio, 2005).

Outro fator importante para os movimentos sociais e sindicatos brasileiros, que ganham força e um corpo teórico mais fortalecido é a imigração europeia, que traz consigo a mão de obra que supostamente o Brasil necessitava e também as ideias anarco sindicalistas. Em países europeus que a industrialização foi tardia como Itália, Alemanha, Polônia, Espanha, Portugal não havia condições de absorção destes trabalhadores no mercado de trabalho, em princípio o excedente pressionava os salários para baixo, servindo inicialmente aos interesses da burguesia. Entretanto com o aumento no número de desemprego chegando a patamares alarmantes, o medo das classes altas em uma conturbação torna-se real (Allan, 2010).

Neste momento uma alternativa para diminuir os índices de desemprego foi incentivar a imigração (Allan, 2010). E o Brasil, a partir de 1870, desenvolve uma propaganda para atrair imigrantes europeus, passando uma impressão do Brasil como país acolhedor e onde havia possibilidade de enriquecimento fácil.

Entre os emigrantes europeus que vieram para o Brasil, destaca-se os portugueses e a relação desses no país não se mostra de maneira passiva ou pacata, no Arquivo da Seção Judiciária do Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro, 2.^a Região (Arquivo da Justiça Federal de São Cristóvão) foram relatados várias prisões e expulsões desses operários (Ribeiro; Terra, 2014).

Um exemplo das relações entre os imigrantes portugueses e os movimentos sociais foi relatado pelo jornal *Correio da Manhã*. No dia 7 de dezembro de 1906, o jornal registrou que devido à greve do Llyod Brasileiro (2) contratou-se, em Lisboa, foguistas portugueses e que esses, ao chegarem ao Brasil e ao saberem que substituiriam colegas brasileiros em greve, pediram para retornar a Portugal. O caso teve ainda repercussão nos dias seguintes. No dia 13, o fato foi novamente destaque, bem como no dia 28, quando na primeira página se estampou a “situação dolorosa” desses indivíduos e se fez apelo à colônia portuguesa, para que os ajudasse no repatriamento (Ribeiro; Terra, 2014).

Os movimentos sindicalistas que os imigrantes fizeram parte no período das grandes greves do início do século XX, são refreados por dois fatores preponderantes: a dificuldade em alcançar o êxito dos objetivos de melhores condições de trabalho e a repressão que se intensifica a partir de 1920, com a expulsão de muitos dirigentes imigrantes que tinham o papel fundamental de organizar os movimentos (Fausto, 1994). E nesta leva de expulsão, muitos portugueses estavam na lista, onde o levantamento entre 1890 a 1920 no Rio de Janeiro e São Paulo identifica: 23 líderes como portugueses, contra 24 italianos e 22 espanhóis (Ribeiro; Terra, 2014).

A classe operária brasileira caracterizou-se neste período por fatores preponderantes, como o surgimento de movimentos sociais que se apoiava em uma legislação, essa mesma que de forma embrionária criava a possibilidade da formação de sindicatos. Entretanto o operariado português vem de um processo diferente onde as influências pelos pensadores marxistas e o sindicalismo francês criavam as bases para sua formação, no qual vamos observar a seguir.

3. A formação da Classe operária portuguesa

A construção da historiografia da classe operária portuguesa é posterior ao Estado Novo português (1933-1974), apesar de existir uma pequena produção no início do século XX, deve ser analisado com cautela levando em conta seu caráter muitas vezes apologética e panfletária, tendo como Manuel Joaquim de Sousa, um dos fundadores da CGT (Confederação Geral do Trabalho), Alexandre Vieira, fundador do periódico anarquista *A Batalha* e César Nogueira, histórico socialista (Zenhas, 2015).

A produção historiográfica nos anos de 1970 e 1980 mostra grande influência dos pensadores marxistas.

“A historiografia sobre o movimento operário só conheceu uma nova profusão na segunda parte dos anos setenta. O estudo do operariado teve o impulso do Instituto de Ciências Sociais e de publicações como o *Boletim de Estudos Operários* na década de oitenta. Esta vaga foi animada pelo desenvolvimento dos estudos na área da História Social, publicados pela revista inglesa *Past and Present*, fundada na década de cinquenta. Desta publicação destacaram-se historiadores marxistas como E. P. Thompson e Eric Hobsbawm. A obra de E. P. Thompson, *The Making of the British Working Class*, é talvez a obra que mais influenciou os estudiosos do mundo operário até aos dias de hoje. Também Eric Hobsbawm desempenhou um papel fundamental com a sua compilação de estudos denominada *Mundos do Trabalho* (Zenhas, 2015, p. 9).

Além da influência marxista na historiografia portuguesa, uma obra tem importância para esse estudo, trata-se de *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)* de Pereira (1995). Nesta obra o autor analisa o sujeito da

classe operária, ligado as questões de habitação, organização do sistema de produção doméstica, a produção industrial portuguesa, onde se destaca a rede social formada pela relação das condições de alojamento e o desenvolvimento de redes sociais que eram fundamentadas por relações familiares, formando uma rede de solidariedade e cumplicidade na cidade do Porto (Apud Zenhas, 2015).

O processo de formação da classe operária portuguesa está ligado diretamente com as questões agrárias, principalmente com a implantação do capitalismo no meio rural a partir da metade do século XIX, formando assim grandes companhias rurais de comércio, junto das companhias têm o incentivo do Estado para a mecanização do campo.

Em 1863, com a abolição dos vínculos feudais sobre as terras e a liberação dos pastos comuns e baldios, no Código Civil de 1867, vem facilitar a exploração rural capitalista, destituindo dos pequenos proprietários e da mão de obra do campo as pastagens comuns, criando um desequilíbrio na vida cotidiana, já que os mesmos não teriam acesso a bosques pastagens e fontes de água que agora seria vedada. (Lobo, 2001).

Além destes fatores internos ligados com o processo do capitalismo no meio rural, forçando uma parte da população a se deslocar para cidades, outro fator que está ligado é a crise vinícola 1886-1888 e no caso externo a abolição da escravidão no Brasil, somado a nova política da República gerou um processo em Portugal principalmente na região norte, do desaparecimento da pequena propriedade sendo que, apenas no período de 1888 – 1889 ocorreu a extinção de trinta e cinco mil registros fundiários. Assim, incentivando o abandono do proletariado português para a imigração (Lobo, 2001).

Para a Monarquia Constitucional, os primeiros anos do século XX foram marcados por um período de extrema instabilidade política. Os acontecimentos da virada do século pressionavam o governo a se relacionar de forma mais concisa com as classes sociais e com o operariado. A sociedade portuguesa teve suas estruturas abaladas. A crise de 1892 (3) abalou as condições de vida da população.

No caso da indústria da cidade do Porto, mesmo com um crescimento de 2,7% entre os anos de 1870-1914, não conseguiu fazer frente ao aumento de preços de importação de bens intermediários e de matéria-prima, ao triplo protecionismo do trigo, às pautas alfandegárias e à desvalorização da moeda. Com a essa conjuntura as estruturas e a demografia de Portugal se alteraram de forma drástica. Houve aumento do fluxo migratório do interior do país para as cidades, congestionando-as.

Por fim, um último agravante para essa população, foi a queda das remessas dos imigrantes portugueses, a crise têxtil e a crise dos vinhos, que afetaram o cotidiano das cidades portuguesas (Zenhas, 2015).

Esse cenário formado no início do século XX gera uma grande tensão por parte da população quanto ao regime político, entre essas tensões é possível analisar dois grupos: os republicanos que tomam uma postura mais radical como no Carbonária (4) e outra vertente é o crescimento das teses do sindicalismo revolucionário que ganha força dentro da classe operária e com a criação de uma organização, o movimento ganha uma face com a Federação Geral do Trabalho no Porto, aumentando a atividade grevista (Zenhas, 2015).

Importante destacar que o movimento operário português foi influenciado pela vitalidade do sindicalismo francês e perante este contexto socioeconômico

e na ressaca da ditadura franquista e do regicídio, que D. Manuel II e Alfredo Monteverde, em articulação com líderes destacados do operariado, como Azedo Gneco, conceberam o alargamento do diálogo com os socialistas e no seu reconhecimento como representantes das camadas proletárias, como forma de combater as variadas ameaças à Monarquia Constitucional (Zenhas, 2015).

O principal ponto desta ação passou por retirar ao republicanismo uma parte fundamental da sua base social de apoio. Este plano teve alicerces na concessão de algumas benesses ao operariado, como foi o caso da agilização do funcionamento de instituições previstas na legislação laboral de finais do século XIX, mas que nunca tiveram aplicação efetiva até o início do século XX (Zenhas, 2015).

Com as tensões políticas, econômicas e sociais gerada no final do século XIX e início do XX, transforma a perspectiva da vida cotidiana portuguesa, assim a saída de Portugal para outros países se torna cada vez mais atrativa.

4. Imigração portuguesa para o Brasil e remessa de dinheiro desses imigrantes

O processo imigratório europeu no final do século XIX e início do século XX foi intenso, nos anos de 1850 a 1930 mais de 50 milhões de pessoas emigraram e as razões que explicam esse processo apontam fatores endógenas (europeias) ou exógenas (dos países receptores), essa problemática gera um embate científico onde para alguns autores existia a correlação entre o desenvolvimento econômico do país que recebe os imigrantes com a intensificação do fluxo, reforçando a tese da atração como elemento propulsor do deslocamento populacional. Para outros o processo de migração parte primeiramente das condições do país de origem, correlacionando o papel da repulsão social. Ou seja, as duas teorias se completam tendo pesos relativos em determinados momentos históricos, neste caso ainda se afirma o fato que a imigração foi uma válvula de escape para o intenso crescimento demográfico (Arruda, 2007).

São várias as teorias para explicar os movimentos migratórios e são diversos fatores que levam a migração, podendo ser questões ambientais, de saúde, de estudo, cultural, entre outros. E neste trabalho será analisado os fatores econômicos que levaram muitos portugueses ao Brasil.

Esse modelo de teoria migratória de atração e repulsão ou push-pull baseia em duas noções essenciais: em primeiro lugar, oferecem uma imagem do mundo dividida por fronteiras nacionais, sendo a um acontecimento que se realiza entre atores políticos que exercem o autocontrole e em segundo lugar, tendem a atribuir às áreas emissoras características opostas às que se observam nos países receptores (Nolasco, 2016).

A razão de atração então é proporcional ao coeficiente de repulsão, assim em face da atração de salários mais elevados nos países de recepção deve corresponder a pobreza generalizada nos países de origem, desta mesma maneira perante a existência de uma procura de mão de obra migrante, deve correlacionar com volume de oferta de potenciais migrantes (Nolasco, 2016). No caso de Portugal, com crescimento demográfico modesto no século XIX e tendo um processo de industrialização tardia em relação aos outros países da

Europa, a estrutura produtiva portuguesa acaba sendo incapaz de absorver os contingentes de assalariados que se “libertaram” das atividades agrícolas.

A situação interna de Portugal economicamente passa por mudanças tecnológicas, a introdução da mecanização na agricultura portuguesa e a exploração das terras incultas, seguido da abolição dos diretos sobre a livre circulação de mercadorias, cria um desenvolvimento agrícola e uma expansão da viticultura e da criação de gado para mercado externo e a cultura da produção de arroz. Desta forma, dificultando a agricultura de pequena propriedade (5) gerando excedente de mão de obra que se desloca para as grandes cidades (Pasckes,1991).

Aliado a estas questões o Governo Brasileiro como processo de atração, a partir de 1907 continua sua política de incentivo à imigração, tomando uma série de medidas para promover, tendo subjacente o objetivo de ocupar os postos vagos deixados pelos escravos com mão de obra imigrante, como forma de incrementar a ocupação efetiva do território, em ordem ao reforço da soberania nacional e à valorização econômica do país. Não foi de estranhar, por isso, que em 1908 tenha aumentado o número de imigrantes, assim atingindo seu pico migratório em 1913 (Ferreira e Rocha, 2009 apud Fausto, 2006).

Além dos problemas econômicos em Portugal, as perseguições políticas, o impedimento de liberdade de expressão e, sobretudo, a obrigatoriedade do serviço militar por longos seis a sete anos, estimulava as famílias a preferirem investir na compra de uma passagem que levasse seus filhos para a segurança no estrangeiro, intensificando a imigração, gerando um processo de repulsão (Arruda, 2007). Os números abaixo demonstram a relação da crise de Portugal com a saída de pessoas.

Tabela 1. Emigração de Portugal

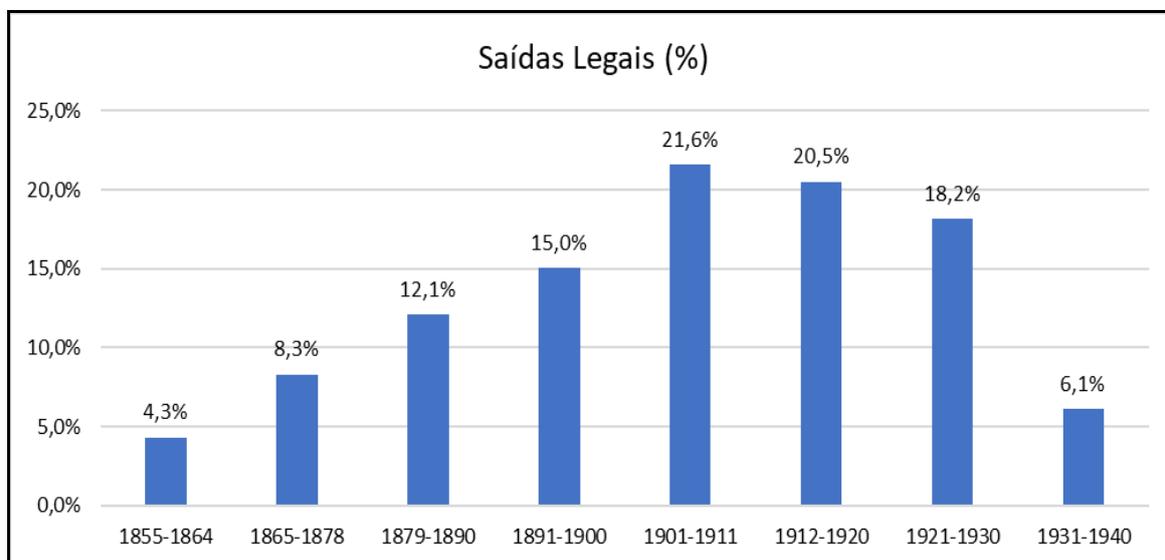
Períodos	Saídas Legais	Estimativas de clandestinos
1855-1864	77049	3855
1865-1878	148248	7413
1879-1890	215502	32401
1891-1900	268326	39577
1901-1911	385928	53118
1912-1920	366114	25629
1921-1930	324752	22734
1931-1940	109252	-

Fonte: ARRUDA, 2007, p. 33 apud BAGANHA, 2001, p. 449-450. (Adaptado pelo autor).

Gerando assim, um processo de migração importante, como se observar na Tabela 1, exemplificando os anos de 1901 a 1911, 385.928 pessoas saíram legalmente do país, sem contar os clandestinos, mostrando que ocorreu um processo constante neste período. Além das saídas legais os clandestinos tiveram um grande aumento no período de 1890 a 1930 que demonstra um crescente em 1890, acentua-se em 1900 e tem seu pico em 1911, mesmo

depois de uma queda de 50% em 1920 em comparação a 1911, continua com um elevado até 1930.

Gráfico 1. Emigração de Portugal



Fonte: ARRUDA, 2007, p. 33 apud BAGANHA, 2001, p. 449-450. (Elaborado pelo autor).

O Gráfico 1 complementa a Tabela 1, no qual destaca as saídas legais e as saídas clandestinas de pessoas de Portugal, dessa forma, o Gráfico 1 demonstra em porcentagem os períodos que ocorrem os maiores fluxos migratórios de Portugal, como observar-se no período de 1855 a 1864 o fluxo foi menor, de apenas 4,3%, já no período de 1901 a 1911 foi o maior com 21,6%.

Já os imigrantes clandestinos eram considerados os passageiros portugueses que estivessem abordo de navio sem o passaporte e não pagaram a passagem (6) (Leite, 1987).

O processo dos imigrantes clandestinos para Brasil ocorre por meio muitas vezes dos capitães e donos de navios que deixavam os imigrantes sem passaporte embarcarem, e os que não tinham dinheiro para comprar um bilhete poderiam fazer por meio da aquisição de uma dívida de trabalho com o capitão, neste caso, esses imigrantes eram escravizados por dívida. No relato do Conde de Thomar ao Duque da Terceira, em 8 de novembro de 1859, contidas em (Pereira 1981), sobre as questões dos imigrantes ilegais:

“Acabo de chegar de bordo da barca Nova Lima, acompanhado do cônsul geral e de um empregado do consulado. Para grande mal grande remédio. Assumi uma grande responsabilidade, sujeito-me às suas consequências se o meu procedimento não merecer a aprovação de Sua Magestade. Depois de interrogar um grande numero dos súbditos embarcados clandestinamente em diferentes pontos da costa e principalmente para lado da villa do Nordeste da ilha de S. Miguel, convenci-me da culpabilidade do capitão e dono do navio, e julguei que não devendo locupletar-se com prejuízo de terceiro, e contra as determinações expressas da lei, ordenei que o cônsul o intimasse à minha ordem, como representante de Sua Magestade, para não deixar desembarcar de bordo do seu navio português algum que não estivesse munido de

passaporte e em nome de El-Rei declarei a todos os que haviam sido seduzidos, que estavam livres, e que nada deviam ao capitão [...] No embarque de tanta gente houve seguramente ou connivência, ou pelo menos grande omissão das autoridades administrativas de S. Miguel. É minha opinião que receiar que continue o tráfico para outras províncias, porque eu não posso estar em toda parte, e os consules por certo não terão força, nem quererão assumir uma tão grande responsabilidade” (Pereira, 1981, p. 81).

Esse relato demonstra alguns dos problemas dos imigrantes clandestinos, onde muitas vezes passavam por abusos e condições precárias, ainda correndo o risco de aqueles sem passaporte voltarem para Portugal. Ao pensar no relato e os números levantados de clandestinos, mostra ainda mais a urgência destas pessoas em deixar suas terras de origem, mesmo a viagem com todos esses problemas valeira a tentativa de migrar para outro país. Ressalta-se ainda que mesmo com os altos índices de imigrantes, não seria uma condição disponível para todos, muito em conta do valor de uma passagem de navio.

E apesar dos responsáveis serem punidos por esse tipo de tráfico havia alguns comandantes que conseguiam passar ilesos, esse tipo de trâmite sempre existiu ao longo de todo processo migratório e sempre foi de notório interesse de alguns capitães e dono de navios. Observando novamente o Gráfico 1 e mais a Tabela 1, os imigrantes no período de 1901 a 1911 somado aos clandestinos, vai de 27% para 30,6% no total da imigração. A relação de saída de portugueses no final de 1927 chega ao número de 1.160,000 pessoas, sendo 90% direcionados para Brasil (Arruda, 2007).

Tabela 2. Relação entre crescimento natural, efetivo e o saldo migratório

Evolução da população portuguesa em 1900-1981 em Milhares (7)

Ano	Crescimento Natural	Crescimento Efetivo	Saldo Migratório
1901-1911	749,4	537	-212,4
1912-1920	424,5	72,9	-351,6
1921-1930	810,4	792,9	-17,5
1931-1940	828,7	896,3	67,6
1941-1950	847,8	719,1	-128,7
1951-1960	1090,8	410	-680,8
1961-1970	1072,6	-282,6	-1355,2
1971-1981	838,7	1284,1	445,4

Fonte: Censo de 1981 e Boletim Anual da SECP, 1980 e 1981. In Baganha (1994)

A Tabela 2 demonstra que a diferença entre o crescimento natural e o crescimento efetivo é o saldo migratório, no período de 1912 a 1920 o saldo migratório é de - 351, ou seja, em 8 anos a maior defasagem populacional até 1950, onde fica explícito a urgência de saída de Portugal, que era levado por um ideal um enriquecimento fácil e rápido e de melhores condições de vida em outro país. E no Brasil, essa mão de obra se estabelecia no campo, pois, depois da abolição da escravidão sofre um déficit de mão de obra na agricultura, apesar que uma da população de ex-escravos terem ido para o campo, uma porcentagem se estabeleceu nas cidades (Sárka Benesová, 2014). E os portugueses que se estabeleceram nas cidades trabalhavam nas fábricas ou em pequenas oficinas, mas também ocupavam diversas profissões como: açougueiros, ajudantes de cozinha, cozinheiros, alfaiates, caixoteiros, caldeireiros, carpinteiros, carroceiros, condutores de bonde, “chauffers (8)”, empregados no comércio, marceneiros, mecânicos, operários e carteiros (Frutuoso, 1989 e Demartini, 2014). E tiveram grande influência no comércio em geral, os portugueses no âmbito urbano se desenvolveram social e economicamente, em 1920 os estrangeiros em São Paulo detinham cerca de 64,2% dos estabelecimentos industriais, onde a maior parcela era dos italianos e em segundo lugar era dos portugueses (Demartini 2014, apud Camargo, 1952). O período entre 1890 a 1930 que compreende a I República brasileira, os portugueses formaram a maior parte dos imigrantes estrangeiros na cidade do Rio de Janeiro e afirmaram sua predominância no mercado de trabalho da capital, caso contrário em São Paulo que era dominada pela imigração italiana nos ramos industriais (Cruz, 2013). A representatividade dos portugueses quanto imigrantes no Rio de Janeiro chega por volta de 70%. Na área industrial se caracterizava pelas pequenas empresas de técnicas artesanais, sendo a indústria que demandaria maior quantidade de funcionários.

Para o Estado português existia três objetivos fundamentais quanto a imigração: primeiro garantir as necessidades laborais do país, segundo satisfazer os seus interesses na África e tirar proveito das remessas dos emigrantes (Baganha, 1994).

Um dos aspectos que interessava para Portugal era o envio das remessas de reserva dos portugueses no Brasil, desta maneira a Tabela 3 demonstra uma pequena parte destas transações, nos anos de 1870 a 1873 na cidade do Rio de Janeiro.

Tabela 3. Remessas de dinheiro dos imigrantes portugueses no Brasil

REMESSAS DE CASA BANCÁRIAS BRASILEIRAS		
Rio de Janeiro	Anos	Moeda
Casa Marinhos & Ca.	1870 – 1873	731160\$000
Banco Mercantil (19/5/1872 a 18/10/73)	1870 – 1873	290000\$000
London and Brazilian Bank Ltd.	1870 – 1873	49279\$622
Casa de Mamede Amaro Lopes & Ca.	1870 – 1873	104100\$000
Total		1174539\$622

Fonte: Pereira, 1981, p. 38-39. (Adaptado pelo autor).

Comparando a Tabela 3 e a Tabela 4, uma das principais mudanças que podemos observar é a existência de uma variedade de casas que faziam essas transações no Rio de Janeiro nos anos de 1870 a 1873, levando em conta que o dinheiro ainda poderia ser mandando via consulado Português no Brasil e por uma transferência via correio, porém, a tabela de 1917 mostra apenas uma única forma de envio de remessas era a Agência Financial do Rio de Janeiro como uma instituição de representação do governo português, e ela já fazia com a conversão da moeda, que anteriormente a transferência era feita em dinheiro brasileiro.

Na Tabela 4 as remessas de dinheiro estão divididas por cidades, assim é possível perceber que o índice migratório da população portuguesa se espalhou pelo território brasileiro e continuava remetendo dinheiro de volta para Portugal.

Tabela 4. Remessas de dinheiro dos imigrantes portugueses por cidades brasileiras

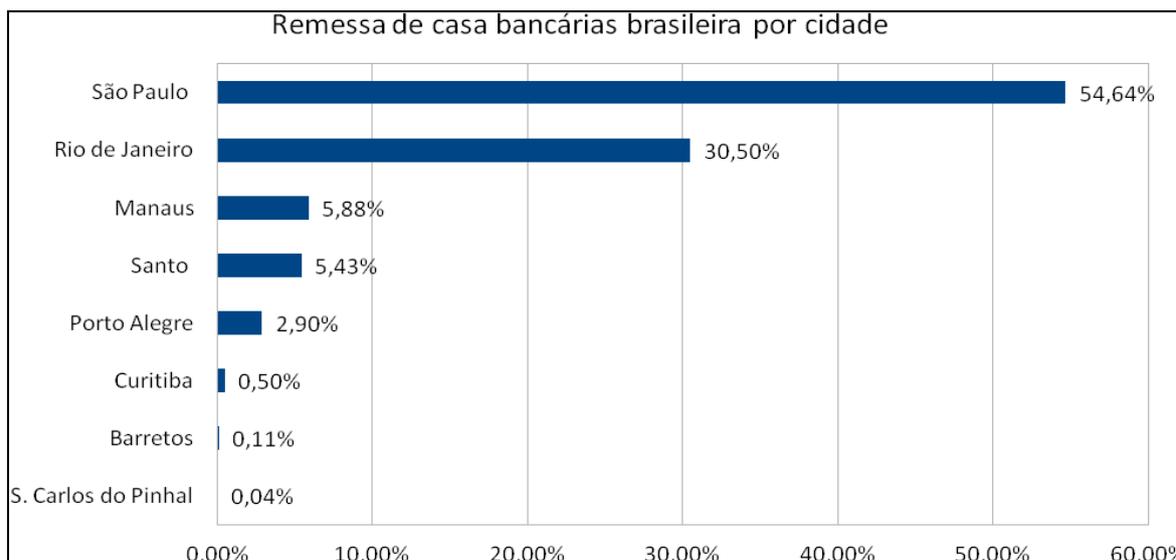
Rio de Janeiro	Ano: 1917	Em escudos (9)
Agência Financial do Banco Nacional Ultramarino sobre Lisboa, Porto, Açores e Madeira		1763007\$10
Porto Alegre	Ano: 1917	Em escudos
Banco Pelotense		30967\$80
Banco Nacional do Comércio		57126\$63
Banco da Província do Rio Grande do Sul		79647\$92
Total		167742\$35
Manaus	Ano: 1917	Em escudos
Casa Canavarro & Ca.		340000\$00
Curitiba	Ano: 1917	
Banco River Plate Bank e Italiano		28887\$00
Santos	Ano: 1917	Em escudos
London Brazilian Bank		22645\$45
Banco Aliança do Porto		268085\$00
Banco Comercial do Estado		6155\$00

Banco Campineiro		16972\$79
Total		313858\$24
S. Carlos do Pinhal	Ano: 1917	Em escudos
Banco Francês e Italiano		11050\$00
Crédito Internacional		12410\$00
Total		2346\$00
Barretos	Ano: 1917	Em escudos
Várias casas Bancárias		6170\$00
São Paulo	Ano: 1917	Em escudos
Banco Nacional Ultramarino		1855390\$00
London Bank		70000\$00
Agência Banco Comercial do Porto		250000\$00
Agência Banco do Minho		350000\$00
Banco Comércio e Indústria de S. Paulo		190834\$84
Banco Comercial do Estado de S. Paulo		208270\$00
Banco Francês e Italiano		113594\$47
London and River Plate Bank		10518\$93
Agência do Banco Aliança (nov. 1916 a nov. 1917)		109916\$26
Total		3158524\$50

Fonte: Pereira, 1981, p. 38-39. (Adaptado pelo autor).

O Gráfico 2 mostra não só a divisão geográfica dos portugueses pelo território brasileiro, mas de onde partiam os depósitos para Portugal.

Gráfico 2. Remessa e dinheiro de imigrantes portugueses por cidades brasileiras



Fonte: Pereira, 1981, p. 38-39. (Elaborado pelo autor).

Outro ponto que encaixa neste processo é a existência de um perfil dos portugueses residentes no Brasil que enviavam dinheiro para suas famílias além-mar, onde geralmente o envio era feito por homens, solteiros com idade entre 16 a 24 anos, e o receptor deste dinheiro em Portugal costumava ser um membro masculino de sua família, normalmente o pai (Pereira, 1981). As remessas de imigrantes representavam um ótimo negócio neste período para as casas bancárias, nomeadamente no norte de Portugal, sendo um dos fatores do crescimento das operações cambiais.

O Estado Português também interveio, criando a Agência Financeira do Rio de Janeiro e em outras cidades passando a ocupar o papel de relevância neste negócio entre 1891 a 1930, sendo essa instituição gerida pelo Banco de Portugal, como caixa do tesouro, função essa definida no contrato com o Estado em 1887. De ordem prática as transferências efetuavam-se mediante letras de câmbio equivalente aos cheques internacionais nos dias atuais. (10) Ao Banco de Portugal competia encaminhar essas letras de câmbio aos seus destinos, tarefa que era viabilizada pela cobertura geográfica da sua rede de agências e correspondentes (11) (Pereira, 1981).

A chegada dos imigrantes e seu estabelecimento no Brasil buscando um espaço dentro da sociedade, gera um processo de reorganização social, esse processo atrelado a luta por direitos sociais mescla com esses novos agentes dentro da sociedade brasileira.

4. Os Imigrantes portugueses nos movimentos sociais e sindicais no Brasil

Contextualizando a influência dos imigrantes portugueses nos direitos do trabalho brasileiro, é percebido ainda no século XIX, como o movimento caixeiral se iniciou na década de 1850 e buscava conseguir o fechamento dos estabelecimentos aos domingos (Ribeiro, 2002). Com a Proclamação da República (1889), à luta pelo repouso dominical acrescenta-se a exigência de regulamentação e diminuição da jornada de trabalho no comércio. Neste

período a mudança de posição dos discursos das classes reivindicadores passou a clamar pela cidadania social e pela intervenção do Estado, para que garantisse legalmente os seus direitos, de modo que não fossem resultantes apenas de acordos individuais com os patrões, que poderiam ser rompidos em momentos de conflitos (Popinigis, 2007).

No início do século XX, em 1906 o movimento caixeiral irrompe na forma de constantes piquetes e motins organizados. As reivindicações que anteriormente eram veladas transformaram-se em exigências, devido tanto a tomada de consciência dos empregados de que suas reivindicações eram direitos, quanto do crescente sentimento de pertencimento ao conjunto de classe caixeiral (Popinigis, 2007).

Para (Ribeira; Terra, 2010) existe indicações que alguns portugueses presentes nas lutas aqui no Brasil possam ter trazido experiência de sua terra natal. Um exemplo destes portugueses é Victor José de Carvalho, que esteve envolvido na fundação da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro (AEC), ele teria sido caixeiro em Lisboa, onde participou da Associação dos Empregados no Comércio daquela capital. Em seu artigo Jacintho Magalhães, de 1925, o comércio do Rio tinha “prevenção notável contra os lisboetas que tinham fama de vagabundos, respondões e demolidores de rejume” (Apud Ribeiro e Terra, p. 163). Esse é um dos exemplos de estratégia adotada pelos movimentos de luta por direitos, mas eles irromperam por grande parte dos setores de trabalho urbano.

Com o Decreto Nº 1.641, (de 7 de janeiro De 1907) Art. 1º O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranquillidade publica, póde ser expulso de parte ou de todo o territorio nacional. Art. 2º São tambem causas bastantes para a expulsão:1ª, a condennação ou processo pelos tribunaes estrangeiros por crimes ou delictos de natureza commum; 2ª, duas condennações, pelo menos, pelos tribunaes brasileiros, por crimes ou delictos de natureza commum; 3ª, a vagabundagem, a mendicidade e o lenocinio competentemente verificados.” (Brasil, 1907, p. 194).

Que categorizava os estrangeiros que comprometerem a ordem nacional ou a tranquilidade pública, seriam expulsos do país. Observa-se na tabela abaixo a quantidade de estrangeiros expulsos do Brasil no período de 1907 a 1921.

Tabela 5. Imigrantes expulsos do Brasil no período (1907 a 1921)

Nacionalidade	Expulsão
Portugueses	181
Italianos	121
Espanhóis	113

Fonte: Maram, 1979, p. 43 (adaptado pelo autor)

Analisando os números da Tabela 5, percebem-se os portugueses com as principais expulsões do Brasil. Neste período a taxa de expulsão por ano foi 29 imigrantes, em específico a taxa de portugueses expulso por conta da lei de 1907 era de 12 por ano. Um dos principais motivos das expulsões eram os casos que enquadravam no decreto Nº 1.641.

No contexto das primeiras décadas do século XX a política brasileira nos anos 1920 contava com as mudanças da história mundial como a Primeira Guerra, o surgimento do comunismo e internamente o crescimento da classe média brasileira, que apoiava uma bandeira liberal. Aliada a problemas com os tenentistas, a sua tradição por revoltas e lutas e com um cenário socioeconômico instável e com crises financeiras, somada a impopularidade das elites oligarcas, (Fausto, 1994).

Os movimentos sociais ganham força a partir da segunda década do século XX e especificamente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, no período de 1917 a 1920 quando greves eclodiram. Na raiz desse ciclo estavam dois fatores segundo (Fausto 1994). O primeiro fator é o agravamento da carestia, em consequência das perturbações causadas pela primeira Guerra Mundial e pela especulação com gêneros alimentícios. O segundo fator, a existência de uma vaga revolucionária na Europa, aberta com revolução de fevereiro de 1917, seguida da Revolução de Outubro do mesmo, na Rússia czarista. Neste período ouve alguns avanços na legislação do trabalho:

“Na década de 1920, enquanto o movimento operário arrefecia, surgiram claros indícios de uma ação do Estado no sentido de intervir nas relações de trabalho, pela aprovação de leis que concediam alguns direitos aos trabalhadores. Duas leis foram importantes nesse sentido: a que previa quinze dias de férias anuais aos trabalhadores do comércio e da indústria (1925) e a que limitava o trabalho dos menores. Entretanto dependia de regulamentação e até 1930 não foi aplicada na área da indústria, por pressão dos industriais” (Fausto, 1994, p. 299).

Os dados acima sobre os portugueses e suas reações com a luta por direitos sociais e trabalhistas contradizem uma imagem presente na época que caracterizava o trabalhador português no Brasil como passivo, fura-greve e possuindo menos, ou nenhuma consciência de classe (Ribeiro; Terra, 2010).

Em um periódico da época anarco-sindicalista intitulado A Terra Livre, lançado em São Paulo, em 1907, pode-se perceber certo preconceito contra os lusitanos. Eram tidos como desprovidos de solidariedade de classe e como elementos pacíficos, ocupados tão somente com a labuta do dia a dia e, por isso, explorados pelos patrões e tidos como bons trabalhadores pelas autoridades policiais. Em um dos relatos no livro é demonstrado a visão que se tinha dos portugueses.

“É bastante ridículo o papel que os portugueses vêm desempenhando. Esses pobres ‘Maneis’ (...) correm para a central da polícia e se tornam seus fantoches, prontos para assassinar grevistas, enquanto que aqueles que produzem todas as coisas e não possuem nada estão pedindo somente mais um pedaço de pão” (Ribeiro; Terra, 2010 apud Maram, 1979, p. 32).

Ao relativizar essas relações pode-se em conta que vários portugueses não aderiram aos movimentos sociais, assim como havia trabalhadores brasileiros, italianos, e de outras nacionalidades, na mesma situação. Em simultâneo, podemos verificar a participação dos imigrantes lusos em diversas mobilizações de grande peso na Primeira República, levando a refletir que não existia uma figura homogênea do trabalhador português. Fosse aquela que estigmatizava apenas como passivo; ou a que poderia vê-lo somente como combativo (Ribeiro; Terra, 2010).

Em uma visão mais complexa de (Ribeiro e Terra 2010) destas relações de embates, seria os conflitos entre os próprios trabalhadores portugueses, dos que aderiram os movimentos sociais contra os próprios imigrantes que não aderiam.

Como o caso em 17 de janeiro de 1912, o português Júlio Gonçalves, empregado de padaria, foi “preso em atividade grevista, acusado de atear fogo a um cesto de pão conduzido por um outro padeiro, Álvaro de Oliveira, também português”. Este último foi atacado por seu patrício justamente por não ter aderido à paralisação, revelando assim que as atitudes dos imigrantes nada tinham de homogêneas (Martinho, 2002, p. 219).

Os conflitos entre brasileiros e portugueses pelo mercado de trabalho ocorreram constantemente no Império e na Primeira República. Segundo Ribeiro e Terra (2010) em suas pesquisas em processos crimes, fizeram um levantamento de 161 casos de ofensas físicas graves e homicídios encontrados no 1º Cartório do Tribunal do Júri, entre os anos de 1889 e 1930, tendo portugueses como réus ou como acusados, 97 ocorreram no âmbito do trabalho ou foram decorrentes de motivos diretamente relacionados a ele.

A tabela a seguir identifica as principais nacionalidades das lideranças dos movimentos sindicais. Assim, demonstrando a heterogeneidade dos sindicatos.

Tabela 6. Nacionalidades dos principais líderes sindicais identificados (1890-1920) (12)

Nacionalidades não identificadas		13
Brasileiros		35
Estrangeiros		71
Italianos	24	
Portugueses	23	
Espanhóis	22	
Alemães	1	
Poloneses	1	
TOTAL		119

Fonte: Cruz (2013) apud Maram, 1979, p. 2, (adaptado pelo autor)

Ao analisar os números da tabela 6 verifica-se que 67% dos líderes são estrangeiros, dentre eles a maior parcela era de italianos, porém portugueses e espanhóis tinham grandes representações sindicais. Os operários portugueses estiveram não só envolvidos na liderança sindical como também integraram a militância de base dos movimentos (Cruz, 2013).

Essa relação de estrangeiros e brasileiros é relativizada ao se usar o exemplo dos portos, em específico o porto de Santos e o porto do Rio de Janeiro, em Santos existia classe operária relativamente homogênea, composta em grande parte de estrangeiros (espanhóis e portugueses), no caso do Rio de Janeiro os estrangeiros tiveram que concorrer com a maioria dos trabalhadores nacionais já instalados, sendo eles em sua maioria negros.

As posições tendentes ao paternalismo ou à conciliação encontram campo na maior incidência do Estado e nas expectativas dos trabalhadores nacionais. Como foi afirmado acima os conflitos por trabalho também faziam presente dentro destes setores, mas (Cruz 2013) também expõe nesta dimensão a solidariedade de classe entre os portuários. Dessa forma, ressalta a

importância dos sindicatos ligados a esses trabalhadores no movimento operário carioca, principalmente na conquista de uma crucial reivindicação dos portuários: a closed shop, que era um sistema de sindicatos fechados, onde os sindicalizados tinham preferência na disputa pelo trabalho.

Os embates no mundo do trabalho não podem ser associados diretamente às limitações e à desmobilização da classe. Nem a classe trabalhadora nem qualquer outra classe será jamais um ente completamente unido e indiferenciado, fixo e congelado no tempo, pois os processos coexistem entre os trabalhadores, semelhança e diversidade quanto de divisão e unidade. A diversidade não interdita automaticamente o mutualismo e a solidariedade de classe. “Se em alguns momentos as diferenças raciais e nacionais eram sublinhadas, em outros eram apagadas em nome da luta por uma causa comum. Foi exatamente isso que fizeram os portugueses, brasileiros e trabalhadores de outras” (Kirk, 2004, p. 52-53).

Em suma para (Ribeiro e Terra 2010) os imigrantes ajudavam a alargar os direitos justamente quando lutavam por direitos econômicos e sociais, muitos deles estreitamente relacionados ao mercado de trabalho. Dessa forma, sendo crucial a intensa participação dos portugueses nos movimentos relacionados à contestação operária. Que a análise da cidadania deve apontar na direção das identidades construídas no movimento social e o seu entendimento deve mapear as expectativas de vivências das liberdades dentro de uma sociedade democrática. Demonstrando que o indivíduo nem é cooptado pelo Estado nem meramente aceita ou reivindica a concessão de direitos.

Considerações finais

O processo das relações sociais entre os imigrantes, os brasileiros e o próprio Estado são conectados por múltiplos ângulos de visões, desta forma, analisar o impacto dos imigrantes portugueses nos movimentos sociais se transforma em uma tarefa difícil, no momento que o entendimento do sujeito histórico perpassa de apenas um modo simplista do entendimento das relações que são criadas a partir da chegada destes novos membros da sociedade brasileira.

Assim suas influências passam por um caminho de mão dupla, onde sua cultura e ideias são aderidas por uma nova sociedade, como os mesmos aderem a novas culturas e ideias, no meio deste intercambio a existência de conflitos sociais ligados a classes, etnias e cor, colapsando o sistema social em uma antítese do próprio meio.

Gerando um sistema onde cada um se relaciona diferentemente com cada aspecto social, deste modo a influência portuguesa faz presente junto a esse sistema social, transforma o sujeito histórico, o imigrante português, nem meramente cooptado pelo Estado ou simplesmente aceita ou reivindica a concessão de direitos, mas cria uma mundividências única de sua relação com os movimentos sociais brasileiros.

NOTAS

1. “As classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Contrariamente a esse aspecto, as pessoas que fazem parte de uma classe se veem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses membros nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real” (Thompson, 2001, p. 274, tradução do autor).

2. Companhia de navegação brasileira.

3. “A crise de 1891 foi uma crise financeira porque as finanças do Estado e o sistema bancário entraram então em colapso. Depois, esta crise financeira tornou-se imediatamente uma crise econômica, porque provocou uma estagnação do crescimento da riqueza” (Santos, 2001, p. 185).

4. A carbonária foi uma associação secreta de vocação conspirativa. Em Portugal ela enraizou-se nos setores de classe média mais politizados, bem como entre os militares de baixa patente, mas admitindo indivíduos de todas as classes sociais. Nos anos noventa do século XIX, ela começou por ter grande força na cidade de Coimbra, sob a tutela da loja maçônica Perseverança (Leonidio, 2008).

5. Pequena propriedade não integrada no comércio exportador possa persistir nas províncias de Portugal como Trás-os-Montes, Beira Alta e Beira Baixa (Pasckes, 1991).

6. A orientação legal é a lei de 1855 e 1863 que permanece válida até 1920 onde para um português deixar o país era exigido passaporte, que era concedido após a verificação de que não havia fugas às leis gerais do país. O Regulamento de 7 de abril de 1863 estabelecia que, para a obtenção do passaporte, os menores necessitavam do consentimento dos pais, as mulheres casadas dependiam dos maridos e os funcionários dos seus superiores hierárquicos; os criminosos eram obviamente excluídos. (Leite, 1987).

7. O crescimento natural é a diferença entre o número de nascimentos e de óbitos, o crescimento efetivo é a diferença entre a população presente no final e no início do período, o saldo migratório é a diferença entre o crescimento efetivo e o crescimento natural. (Baganha, 1994).

8. O escudo português foi substituído pelo euro a 1 de janeiro de 2002, dia em que as primeiras notas e moedas do euro passaram a circular. A taxa de conversão entre escudos e euros foi estabelecida em 31 de dezembro de 1998, tendo o valor de 1 euro sido fixado em 200, 482 escudos.

9. Cheque bancário Internacional: O cheque Bancário é um documento de pagamento emitido por Banco, sobre uma conta própria ou de qualquer outra entidade financeira, com garantia de provisão. (Santander, 2018)

10. Uma transferência de letras de câmbio demorava em média 45 dias, do seu depósito no Brasil até a chegada em Portugal (Pereira, 1981).

11. Segundo (Cruz 2013 apud Maram, 1979). Por “principais”, entende como sendo os diretores de sindicatos e federações operárias, ou propagandistas envolvidos na organização operária.

Referências

Brasil, Decreto Nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907. Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional, Rio de Janeiro, RJ, janeiro 1907.

ILO-International Labour Organization. Origins and history. Leuenroth, Edgard, *A terra livre*, São Paulo, 5 de fevereiro de 1907, p. 3.

Santander, Banco. Cheque bancário internacional, 2018.

Bibliografia Consultada

- Allan, N. A. (2010). *Corporativismo no Brasil (1889-1945)*. (Dissertação de Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 159.
- Arruda, J. J. A. (2007). *A Expansão Europeia Oitocentista: Emigração e Colonização* in Sousa, F.; Martins, I.; Pereira, C. (Orgs.) *A emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: Edições Afrontamento, p. 13-40.
- Baganha, M. I. B. (1994). *As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional*. *Análise social*, vol. XXIX (128), p. 959-980.
- Batalha, W. S. C. (1994). *Sindicatos Sindicalismo*. São Paulo: LTr Editora Ltda.
- Camargo, J. F. (1952). *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: FFCL/USP, Boletim; 153.
- Cruz, S. N. (2013) *Emigração e expulsão: Repressão de anarquistas e comunistas portugueses no Brasil (1890-1930)*. (Dissertação de Mestrado em História) Universidade do Porto. Porto, p. 82.
- Demartini, Z. B. F. (2014). *A Primeira República e a imigração portuguesa em São Paulo: famílias e instituições*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Fausto, B. (2004). *O Brasil: sociedades e instituições (1889-1930)*. In: Boris Fausto (org.). *História Geral da Civilização Brasileira II*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Fausto, B. (1994). *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Furtado, C. (1961). *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- Furtado, C. (2005). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Inácio, J. R. (2005). *Ética, Sindicalismo e poder: Os fins justificam os meios?* Belo Horizonte: Crisálida.
- Gasparetto Jr, A. G. (2013). *Direitos Sociais em Perspectiva: Seguridade, sociabilidade e identidade nas mutuais de imigrantes em Juiz de Fora (1872-1930)*. (Dissertação de Mestrado em História) Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, p. 209.
- Kula, M. (1972). *Formação da classe operária no Brasil*. *Estúdios Latino-americanos*, Nº 1, p. 155-258.
- Leite, J.C. (1987). *Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914)*. *Análise Social*, vol. XXIII (97), p. 463-480.
- Leonidio, A. (2008). *Carbonários, Maçons, Positivistas E a Questão Social No Brasil na Virada do Século XIX*. *Revista de História e Estudos Culturais*: 1-16.
- Lobo, E. M. L. (2001). *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Estudos Históricos, 43.
- Luca, T. R. (1990). *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto; Brasília: CNPq.
- Maram, S. L. (1979). *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Pasckes, M. L. N. A. (1991). *Notas sobre os imigrantes portugueses no Brasil (Sécs. XIX e XX)*. *Revista História*, São Paulo, n. 123-124, p. 35-70, ago/jul.
- Pereira, G.M. (1995). *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*. Editora Afrontamentos: Porto.

Pereira, M. H. (1981). A política portuguesa de emigração 1850 – 1930. Lisboa: A regra do jogo Edições Ltda.

Popinigis, F. (2007). Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1922. Campinas: Editora da Unicamp.

Ribeiro, G.; Terra, P. (2010). A atuação dos imigrantes portugueses nos movimentos sociais, como fonte de garantia e alargamento de direitos. In Souza, F. et al. (coord.). As Relações Portugal-Brasil no século XX. Porto: Fronteira do Caos/Cepese, p. 159-176.

Ribeiro, G. S. (2002). A liberdade em construção. Identidade Nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/FAPERJ.

Santos, L.A. (2001). A crise financeira de 1891: uma tentativa de explicação. *Análise Social*. Vol. XXXVI, p. 185-207.

Thompson, E. P. (2001). *The Essential EP Thompson*. New York: The New Press.

Thompson, E. P. (1987). *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. 1, *A Árvore da Liberdade*. Tradução Denis Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Vianna, L.W. (1999). *Liberalismo e Sindicalismo no Brasil*. 4ª ed. Belo Horizonte: UFMG.

Zenhas, E. P. (2015). *O movimento operário portuense no final da Monarquia Constitucional (1909-1910)*. (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea) Universidade do Porto, Porto, p. 115.

Recibido el 23 junio de 2019. Aceptado el 14 de septiembre de 2019